PROCESSO	
INTERESSADO	CAU/PE
ASSUNTO	APROVAÇÃO, DE ATO DO PRESIDENTE *AD REFERENDUM* DO PLENÁRIO, DA PORTARIA Nº 133, DE 15 DE JANEIRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE PERNAMBUCO (CPC-CAU/PE), DESIGNA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOPE Nº 0334 - 2021

Aprovação, de ato do presidente *ad referendum* do Plenário, da Portaria nº 133, de 15 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a criação da Comissão Temporária de Patrimônio Cultural no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CPC-CAU/PE), designa membros e dá outras providências.

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE PERNAMBUCO (CAU/PE), reunido em 20 de abril de 2021, em sua 175ª Sessão Plenária Ordinária, no uso das competências previstas no art. 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e como dispõe no art. 29 do Regimento Interno deste CAU/PE, aprovado pela DPOPE nº 0218, de 18 de junho de 2018 e;

Considerando as alterações promovidas no Regimento Interno do CAU/PE, aprovadas pelo Conselho Diretor (CONDIR-CAU/PE), em reunião de 06 de janeiro de 2021 *ad referendum* do Pleno e confirmadas na 173ª Sessão Plenária, de 23 de março de 2021;

Considerando que a instituição de Comissões Temporárias dar-se-á por ato do Pleno do CAU/PE (art. 29, inciso XV e XVIII do Regimento do CAU/PE);

Considerando que o Conselho Diretor (CONDIR-CAU/PE) identificou a necessidade de instituir Comissões Temporárias para realização de atividades específicas em benefício dos arquitetos e urbanistas, para municiar o Conselho com dados e informações de temas específicos, de forma a orientar os órgãos do CAU/PE, no desenvolvimento de um maior número de atividades;

Considerando a necessidade de *ad referendum* desta Portaria pelo Plenário do CAU/PE (art. 122 do Regimento Interno do CAU/PE);

Considerando a necessidade de submissão de alteração do Regimento Interno do CAU/PE ao Plenário do CAU/BR, na forma do art. 4º, §2º da Resolução 139/2017;

Considerando a necessidade da homologação da alteração do Regimento Interno do CAU/PE pelo Plenário do CAU/BR, na forma do art. 223, 1º da Resolução 139/2017;

Considerando que, conforme o art. 154 do Regimento Interno do CAU/PE, o CONDIR tem, dentre suas atribuições, o papel de analisar matérias de caráter legislativo, normativo em tramitação nos órgãos dos três poderes; como também se posicionar sobre a abertura de editais de desenvolvimento de pesquisas e para a edição de livros, manuais e vídeos sobre Arquitetura e Urbanismo; apreciar propostas de concessão de apoio institucional às atividades de ATHIS; bem como pontuar sobre convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação e memorandos de entendimento do CAU/PE; além de propor e deliberar sobre ações de relação com instituições públicas e privadas sobre questões de interesse da sociedade e do CAU/PE;

Considerando a função dos evidentes riscos que as contínuas perdas valorativas acarretam sobre os bens culturais, quando decorrentes do não envolvimento do profissional de Arquitetura e Urbanismo, que esteja devidamente habilitado e sensível ao tema da salvaguarda cultural.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a COMISSÃO TEMPORÁRIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL (CPC-CAU/PE) para identificar e promover boas práticas associadas à salvaguarda cultural, que tenham no bojo das questões a valorização e legitimação da categoria profissional do Arquiteto e Urbanista, devidamente habilitado para tanto, com duração de 06 (seis) meses.

Parágrafo primeiro. A competência da Comissão também é promover ações de extensão, como oficinas e seminários, acompanhar as atividades dos Conselhos Deliberativos e dar continuidade ao Concurso de Ideias.

Parágrafo segundo. A Comissão deverá ratificar o plano de trabalho e o cronograma de atividades, na primeira reunião ordinária:

- Jan/2021 a Mai/2021: Identificação do panorama da salvaguarda cultural em Pernambuco, associado ao campo de atuação do Arquiteto e Urbanista; Firmar termo de convênio com o TCE-PE;
- Jun/2021 a Ago/2021: Delimitação das ações propositivas de valorização profissional, com prioridades de atuação;
- Ago/2021: Lançamento da ação na Semana do Patrimônio;
- Set/2021 a Mai/2022: Execução das boas práticas;
- Jun/2022 a Ago/2022: Balanço das ações;
- Ago/2022: Apresentação de resultados na Semana do Patrimônio Set/2022 a Dez/2022: Redefinição das Estratégias de Atuação;
- Jan/2023 a Jul/2023: Execução das novas estratégias;
- Ago/2023: Apresentação de resultados na Semana do Patrimônio;
- Set/2023 a Dez/2023: Fechamento das ações.
-

Parágrafo terceiro. A Comissão reunir-se-á ordinariamente todo mês, em calendário a ser definido na primeira reunião convocada pelo Coordenador, de presencial ou telepresencial ou híbrida, podendo reunir-se extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Parágrafo quarto. Eventual necessidade de orçamento ou dotação orçamentária deverá ser requerida pela Coordenadora da Comissão ao Plenário do Conselho, observadas as disposições orçamentárias do CAU/PE.

Art. 2º. Ficam designados os seguintes membros da Comissão, com funções não remuneradas:

- Cláudia Pereira Pinto;
- Jorge Eduardo Lucena Tinoco;
- Juliana Cunha Barreto;
- Paula Maria Wanderley Maciel do Rego Silva.
- Sérgio Marcelino da Motta Lopes;

Parágrafo único. A Coordenação da Comissão caberá a Juliana Cunha Barreto e a Sérgio Marcelino da Motta Lopes caberá a Coordenação Adjunta.

Art. 3º. Fica designado o seguinte empregado como assessor da Comissão, com as seguintes atribuições e funções não remuneradas, sem prejuízo do desempenho das atividades regulares de cada função:

- Mariana Vila Nova Durant da Silva.

Art. 4º. A Comissão reunir-se-á com qualquer número de membros, preferencialmente em horário de expediente regular de trabalho, para discutir, revisar, analisar e acompanhar os trabalhos de desenvolvimento e implantação de suas competências, mediante convocação simples, por e-mail, pelo Coordenador.

Parágrafo primeiro. A Comissão poderá contribuir com informações, dados, práticas e experiências diversas para fins de colaboração na elaboração das suas atividades, mas não terá competência deliberativa final, sendo suas contribuições meramente recomendatórias.

Parágrafo segundo. Todas as reuniões da Comissão deverão ser registradas em ata, em forma de súmula.

Parágrafo terceiro. Ao fim dos trabalhos, ou da vigência do prazo da Comissão, esta deverá apresentar relatório conclusivo e apresentar os dados ao Plenário do CAU/PE para posterior publicação no sítio eletrônico do CAU/PE.

Art. 5º. Esta Portaria deverá ser publicada no sítio eletrônico do CAU/PE e vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, permitida sua prorrogação, por igual período, na forma do art. 134 do Regimento Interno do CAU/PE.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Recife/PE, 20 de abril de 2021.

RAFAEL AMARAL TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Presidente do CAU/PE

175ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/PE

Folha de Votação

Conselheiro	Votação			
	Sim	**Não**	**Abstenção**	**Ausência**
Rafael Amaral Tenório de Albuquerque	-	-	-	-
Carmen Lúcia Borba Cavalcanti (em substituição a Tomás de Albuquerque Lapa)	X			
Cláudia Pereira Pinto				X
Cristiana Maria Correia de Araújo Estelita	X			
Damaris Poliane Alves Vicente		X		
Josephana Neri Tavares de Melo Vieira (em substituição a Andreza Carla Procoro Silva Pereira)	X			
Henrique Marques Lins	X			
Jaime Tavares Alheiros Neto	X			
Marcílio Reinaux Maia	X			
Mohema Rolim Cavalcante Rodrigues		X		
Suely Alice Vasconcelos Mangabeira	X			

Histórico da votação:

Sessão Plenária nº: 175ª Sessão Plenária Ordinária **Data**: 20/04/2021

Matéria em votação: APROVAÇÃO, DE ATO DO PRESIDENTE *AD REFERENDUM* DO PLENÁRIO, DA PORTARIA Nº 133, DE 15 DE JANEIRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE PERNAMBUCO (CPC-CAU/PE), DESIGNA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Resultado da votação: **Sim** (07) **Não** (02) **Abstenções** (00) **Ausência** (01) **Total** (10)

Ocorrências:_____

Secretário da Sessão **Presidente da Sessão:**